

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 488.703 - PB (2019/0006208-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : GEORGE DOS SANTOS SOARES E OUTROS
ADVOGADOS : REMBRANDT MEDEIROS ASFORA - PB017251
ARTHURO QUEIROZ E SOUZA DE LEON VIEIRA -
PB019394
GEORGE DOS SANTOS SOARES - PB025318
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : JOSE WILLIAM SIMOES NILO

EMENTA

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR. REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR QUE IMPEDE O EXERCÍCIO DO OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA ADEQUADA E PROPORCIONAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO *WRIT HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. O § 6º do art. 282, incluído ao Código de Processo Penal pela Lei n. 12.403/2011, dispõe que *a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar* (art. 319).

3. Não se verifica constrangimento ilegal a ser reparado por este Superior Tribunal de Justiça. Inexiste ofensa à proporcionalidade na manutenção das medidas cautelares aplicadas, mormente quando se considera que o paciente é investigado por participar de organização criminosa instituída para a prática de fraudes no âmbito esportivo, inclusive mediante a prática do delito de falsidade ideológica. Com efeito, a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão não exigem o mesmo juízo de certeza àquele utilizado para a prolação de sentença penal condenatória. Não há que se falar em ausência de

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação concreta ou que a decisão seria genérica quanto ao paciente, especialmente porque foi consignado que se tratava de organização criminosa, da qual ele seria destacado integrante, na condição de dirigente de clube de futebol para o cometimento de crimes previstos no Estatuto de Defesa do Torcedor.

4. É inviável a análise, no âmbito restrito do *habeas corpus*, de teses que, por sua própria natureza, demandam dilação probatória. As provas dos autos devem ser apreciadas durante a instrução criminal, sob o crivo do contraditório, não sendo esta a via adequada para a sua revisão.

5. Presentes os requisitos previstos nos artigos 282 e 319 do Código de Processo Penal, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastar a aplicação de medidas cautelares.

6. Demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado de ofício por este Superior Tribunal de Justiça.

7. *Habeas corpus* não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator